



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 130

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 130

117ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Proposta de Emenda Constituc. 03

Indicações 07

Requerimentos 07

Grande Expediente:

Sr. Valter Aparecido Pegorer

Prefeito Municipal de Apucarana 11

Sr. Professor Cláudio

Secretário de Desenvolvimento

Humano de Apucarana 14

Pequeno Expediente:

Dep. Geraldo Cartário..... 15

Dep. Valdir Rossoni 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 16

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 18

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto..... 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 20

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final 22

3ª Discussão 22

2ª Discussão 22

1ª Discussão 23

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 26

Publicações:

Ata de Audiência Pública 26

Comissão Executiva

Atos..... 26

Diretoria Geral

Portarias 31

Ata de Comissão

Obras Públicas, Transp. e Com.. 31

DIÁRIO Nº 130

117ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

15 DE OUTUBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Caíto Quintana, Mamede e Osmar Bertoldi (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Fábio Camargo, Pedro Ivo e Teruo Kato (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Os parágrafos 4º e 5º do artigo 45 da Constituição Estadual passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. ...

§ 4º O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

§ 5º O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.”

Art. 2º Fica acrescido o parágrafo 15 ao artigo 45 da Constituição Estadual, com o seguinte conteúdo:

“Art. 45. ...

§ 15. As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privados os títulos, uniformes militares e postos até o coronel.”

Art. 3º O artigo 46 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. A Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a pre-

servação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia Militar;
- III - Polícia Científica;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar.”

Art. 4º O artigo 48 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares.

§ 1º À Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, executando os tipos de policiamento e o exercício das funções definidos em lei.

§ 2º Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a prevenção e combate a incêndio, socorro público, busca e salvamento, administração do sistema de defesa civil e a coordenação de suas atividades, perícias, pareceres técnicos e edição de normas nos assuntos de sua competência, de acordo com a lei, além de outras funções que lhe forem atribuídas.”

Art. 5º O artigo 49 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, comandados por oficial da ativa do último posto, pertencente aos respectivos quadros de oficiais, forças auxiliares e reserva do Exército, e a Polícia Civil, subordinam-se ao Governador do Estado, regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, direitos, garantias, prerrogativas e deveres, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.”

Art. 6º Os incisos VII e XI do artigo 53 da Constituição Estadual passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. ...

VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da Administração Pública.”

Art. 7º Os incisos II e III do artigo 66 da Constituição Estadual, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66. ...

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência para a reserva de policiais e bombeiros militares;

III - organização da Defensoria Pública, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil.”

Art. 8º Altera a redação do parágrafo segundo do artigo 108 da Constituição Federal e acrescenta novo parágrafo ao referido artigo, com o seguinte conteúdo:

“Art. 108. ...

§ 2º Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e os Bombeiros Militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

§ 3º Os Conselhos de Justiça serão integrados por oficiais da Corporação a que pertencer o acusado.”

Art. 9º Fica acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o artigo 60, com o seguinte conteúdo:

“Art. 60. Até a edição das leis referidas nos incisos VII e XI do artigo 53 e incisos II e III do artigo 66, aplicar-se-ão ao Corpo de Bombeiros Militar as normas da Polícia Militar.

§ 1º O atual quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar passa a constituir o quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar.

§ 2º Os integrantes do Quadro de Oficiais da Administração da Polícia Militar, assim como os de Praças que tenham previsão do exercício da especialidade tanto na Polícia Militar quanto no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, farão a opção por um dos órgãos, observado o limite máximo de vagas previstas por ocasião da entrada em vigor desta emenda constitucional. Em havendo excesso de optantes para ocupar as vagas previstas para o quadro, ocuparão estas os que compunham o quadro bombeiro militar antes do acesso ao oficialato ou antes de ingressarem na especialidade, se Praças.

§ 3º Aos Policiais Militares que exercem a atividade de músico na Banda de Música do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, fica assegurada a opção para o Corpo de Bombeiros Militar, desde que para compor o quadro de músicos do novo órgão, como vier a ser disposto em lei.

§ 4º Os bens móveis e imóveis pertencentes ao estado, utilizados e ocupados pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar passam a constituir o patrimônio sob administração do Corpo de Bombeiros Militar.

§ 5º No prazo de um ano, contado a partir da promulgação desta emenda constitucional, serão constituídos os sistemas próprios, ficando assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar e ao seu pessoal o sistema de ensino, de controle de pessoal, de finanças, de logística, de saúde, de comunicação e de informática, observadas as regras de utilização desses sistemas, mantendo-se os descontos para o seu custeio, se previstos.”

Art. 10. Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Rosane Fer-

reira, Reni Pereira, Luiz Accorsi, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Tadeu Veneri, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Augustinho Zucchi, Plauto Miró, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Malucelli, Elio Rusch, Péricles de Mello e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiro do Paraná é integrante da estrutura orgânica da Polícia Militar do Paraná, como órgão de execução das atividades de bombeiro, integra, na Constituição Estadual, o capítulo da segurança pública.

Este vínculo de subordinação de uma estrutura vinculado à salubridade e tranquilidade públicas, atuando no combate a incêndios, buscas e salvamentos, atendimento ao trauma e às calamidades públicas, a um órgão de prestação de serviços eminentemente policial, voltado à segurança pública, muitas vezes foge à compreensão lógica, causando inúmeros transtornos nas atividades operacionais como seleção, recrutamento, formação, especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos; na racionalização e emprego dos efetivos; na canalização e otimização dos recursos financeiros e materiais.

Há setores da sociedade, especialmente os mais conservadores, que mantêm a falsa idéia que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são instituições afins, com formação, objetivos e métodos iguais ou semelhantes.

Vislumbra-se o Corpo de Bombeiros do Paraná como uma organização com administração autônoma, possibilitando uma identidade própria na formação e qualificação de pessoal, bem como um serviço de bombeiros mais eficaz.

Atualmente, entre os 27 Estados da Federação, 23 possuem Corpos de Bombeiros Militares autônomos, ou seja, instituições independentes das Polícias Militares.

A desvinculação está enraizada na certeza de que a melhor organização dos instrumentos de defesa da sociedade é determinada para a eficiência do estado, na proteção do cidadão e na integração social.

Os principais fatores a serem considerados para mostrar a necessidade da desvinculação do Corpo de Bombeiros são:

- crescimento institucional, melhorando o atendimento à comunidade, comprovado nos 23 estados onde houve a desvinculação;
- construção de uma inteligência institucional, voltada às questões técnicas e profissionais, desenvolvendo uma cultura voltada ao socorro público;
- otimização de recursos, facilitando sua aplicação no campo tático e estratégico, e
- definição profissional do efetivo como bombeiros.

Objetivos da Desvinculação

No campo profissional, uma organização com objetivos específicos permitirá a seus profissionais uma melhor especialização.

No campo tecnológico, os benefícios serão gerados em função do acúmulo de experiência profissional

em área específica, após anos de estudos. O desenvolvimento técnico do Corpo de Bombeiros estará vinculado ao grau de profissionalismo de seus integrantes.

No campo administrativo, criar um organismo que se volte unicamente para os objetivos da sua missão, representará dar vida a uma estrutura enxuta e econômica, além de possibilitar:

- formação específica de pessoal, voltada para o cumprimento da missão constitucional, dispensando uma formação híbrida nos diversos níveis de adestramento policial;

- a estrutura de um Corpo de Bombeiros Militar Estadual, órgão prestador de serviços, não irá colidir com estruturas de bombeiros municipais ou voluntários, buscando, ao contrário, estimular e aperfeiçoar esses organismos, através de uma coordenação que possibilitará a implantação dos serviços na maioria dos municípios paranaenses. Sua estruturação como organização estadual se impõe pela necessidade de coordenação e apoio nas grandes emergências;

- a estruturação de um organismo menor, voltado às áreas operacionais de socorro social, não resultará em expansão da burocracia. A estrutura administrativa atual do Corpo de Bombeiros, embora, não seja inteiramente adequada, é quase auto-suficiente, dependendo do organismo da Polícia Militar unicamente no que diz respeito a serviços de seleção e recrutamento e alguns serviços administrativos na área de pessoal. Mesmo esses serviços poderiam ser implementados nas dimensões de uma corporação menor, com um número reduzido de pessoal.

Razões Históricas

Não se têm notícia de que em qualquer outro país do mundo, com exceção do Brasil, os Corpos de Bombeiros sejam subordinados a órgãos policiais.

No Paraná, o Corpo de Bombeiros surgiu da Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários e foi fundado em 8 de outubro de 1912. Sob a inspiração do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, nasceu autônomo.

Os períodos de instabilidade política vividos pela nação brasileira na década de 30, levaram o Governo a transformar o Corpo de Bombeiros numa Companhia de Bombeiros Sapadores, subordinando-o à Força Pública Estadual. Até então, os serviços da pequena Corporação de Bombeiros restringiam-se à capital de um estado, também pequeno, que a exemplo da união, sofria graves problemas de segurança interna.

Inserido no órgão policial, com características eminentemente repressivas, o Corpo de Bombeiros atuaria como órgão nos trabalhos de sapa.

O curso da história deu à Polícia Militar a sua identidade de órgão tipicamente policial, mantenedor da ordem pública, e possibilitou ao Corpo de Bombeiros mínimas condições técnicas no campo operacional, advindo do ato governamental em 1976, com a criação do quadro específico de Bombeiro Militar. Todavia, permaneceu a subordinação ao órgão policial, sendo questionada e discutida, sendo do ponto de vista profissional, as

atividades de bombeiro totalmente distintas das de policial.

Aspectos Relacionados com a Missão

A Polícia Militar, por definição da Constituição Federal, é órgão incumbido da preservação da ordem pública. Como o próprio nome da instituição sugere, a Polícia Militar deve fazer polícia ostensiva, seja de trânsito, florestal, rodoviária, de choque, de guarda, portuária, penitenciária e repressiva.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 144, reconheceu dignidade constitucional aos Corpos de Bombeiros Militares, prevendo-os como órgãos voltados à Segurança Pública, artigo 144, item V, e dispondo que a eles, “além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”.

A atividade fim dos Corpos de Bombeiros Militares é a de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento e, agora, a defesa civil. Esta gama de atribuições dos Corpos de Bombeiros Militares diz respeito à tranquilidade e, também, à salubridade pública, ambas integrantes do conceito de ordem pública.

Estrutura Organizacional

Hoje, o Corpo de Bombeiros está inserido na Segurança Pública como apêndice de um órgão policial, a PMPR. Na condição de órgão de terceiro escalão não tem assento à mesa de decisões da SESP. Os assuntos relativos à segurança contra incêndios e calamidades são transmitidos à pasta através da interlocução policial, ajustados ao vocabulário, à ótica, às prioridades e aos interesses globais do órgão policial.

No momento, em que o órgão público agiganta-se, abrindo frentes de trabalho e gerenciamento outros campos de atividade não afins, desvia-se de sua missão precípua, perdendo na efetividade e na qualidade dos serviços prestados.

Na atual estrutura da Secretaria de Segurança Pública, do ponto de vista essencialmente técnico, no que diz respeito à missão específica de cada entidade, o que existe em comum entre a PMPR e o Corpo de Bombeiros é que ambos são órgãos de segurança pública. É esta razão pela qual devem subordinar-se à Secretaria de Segurança Pública.

Na estrutura pretendida através da Emenda Constitucional apresentada, com a subordinação do Corpo de Bombeiros à Secretaria de Segurança Pública, na condição de primeiro escalão, ao lado da Polícia Civil e da Polícia Militar, permitirá maior fluidez nas decisões dos assuntos pertinentes ao Corpo de Bombeiros, eliminando entraves burocráticos nos assuntos eminentemente técnicos da Corporação, abrindo um canal de comunicação direta entra a coordenação geral e a execução das diversas atividades, inclusive de defesa civil, dando agilidade e facilitando a operacionalização dos mecanismos de defesa social.

Aspectos Relacionados com o Efetivo

A ação policial se faz sentir sobre o indivíduo - o assaltante, o delinquente, o criminoso - características de

trabalho que requer do policial uma formação voltada para a área humanística.

O bombeiro intervém sobre o fato adverso - o incêndio, o acidente, a catástrofe - fenômenos invariavelmente de natureza física, química ou biológica que impõe ao bombeiro uma formação nas áreas de exatas, tecnológica e biológica.

Na maioria das vezes, seja por vocação, traços de personalidade ou profissiográficos, quem for indicado para ser bombeiro não o é para ser policial, e vice-versa.

Os bombeiros recebem durante sua formação informações na área policial e também na área de bombeiro militar porque são, por força de subordinação do órgão, polícias militares. Embora jamais venham a desempenhar a função policial propriamente dita. Esta formação assim estruturada é um desperdício, onerando os cofres públicos.

Com a desvinculação, o tempo destinado à formação, aperfeiçoamento e especialização do bombeiro militar, em todos os níveis, oficiais, graduados e praças, poderá ser melhor aproveitado com as disciplinas fundamentais voltadas para a atividade bombeiro militar, permitindo melhor qualificação profissional de seu quadro de pessoal.

Quadro de Organização e Distribuição de Pessoal

O Corpo de Bombeiros possui um quadro próprio com terminologia e serviços diferenciados, estando sujeito às mesmas leis, estatuto, organização básica, e outras, recebendo tratamento assemelhado ao do policial militar.

Segundo um princípio ternário, três Seções de Bombeiros ensinam um subgruposamento, a três subgruposamentos, um grupamento, com o respectivo "staff" de comando e serviços, assessoramento, planejamento, supervisão e controle.

Hoje a menor fração destacada, Seção de Bombeiros, possui um efetivo de aproximadamente 30 bombeiros e é comandada por um oficial, 1º ou 2º Tenente. Esta estrutura, se aberta à participação comunitária, reduzir-se-á e proporcionará o atendimento por bombeiros a maior número de municípios. Hoje o Corpo de Bombeiros se faz presente em apenas 46 municípios de 399 existentes.

Conclusão

Reflexo da discussão nacional de mudanças no sistema de segurança pública, o Corpo de Bombeiros é motivado, com o apoio de várias autoridades ligadas a área de segurança, a se preparar para aquilo que será inevitável: a desvinculação do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Refletindo acerca dos fatos relatados, indaga-se sobre a viabilidade ou não desta desvinculação, tanto à Polícia Militar quanto para o Corpo de Bombeiros.

A criação do Corpo de Bombeiros não traria qualquer instabilidade ao estado, pelo contrário, passaria a contar com mais uma força voltada às suas atividades, atuando com maior profissionalismo.

O Corpo de Bombeiros Militar se posicionaria instituição co-irmã da Polícia Militar, já evidenciado na Constituição Estadual em seu artigo 45, "São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar". E ainda, passaria a desenvolver planejamentos estratégicos que venham permitir investimento na profissionalização do bombeiro, com a finalidade de formar, especializar e aperfeiçoar o profissional num universo próprio de suas atividades.

Com este propósito espera-se:

1 - isentar o órgão - PMPR - das atribuições não policiais, a fim de permitir dedicação exclusiva ao que deve fazer - Segurança Pública;

2 - estender às principais cidades paranaenses os serviços do Corpo de Bombeiros através da racionalização dos seus efetivos já existentes, em parcerias com as comunidades;

3 - facilitar a comunicação junto a administração central do Corpo de Bombeiros, principalmente em relação à sua missão fim;

4 - possibilitar ao Governo do Estado usufruir do prestígio e credibilidade que a instituição Corpo de Bombeiros desfruta perante a opinião pública;

5 - proporcionar ao público interno do Corpo de Bombeiros a conquista de uma identidade própria;

6 - promover as mudanças à desvinculação com o aumento mínimo de despesas para a administração pública; e

7 - aprimorar a qualificação técnica do pessoal, com a formação, aperfeiçoamento e especialização na área específica de bombeiro a fim de proporcionar melhoria no desenvolvimento dos serviços públicos.

A organização Bombeiro Militar, tomada pelo seu espírito de inovação e mudanças, já atingiu o grau de maturidade e o nível técnico profissional necessários e suficiente para trilhar seus próprios caminhos, sendo a desvinculação um procedimento que irá lapidar a qualidade dos serviços de socorro prestado à comunidade paranaense.

Na busca da melhor solução, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, lado a lado, cada um realizando a sua missão, sem superposições, certamente fortalecerão os laços de bom relacionamento já existentes, atingindo seus objetivos maiores - A Prestação de Serviços com Qualidade.

Entendendo a necessidade da mudança das estruturas existentes, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná entende como viável a desvinculação do Corpo de Bombeiros, demonstrando com isso elevado conhecimento gerencial acerca das missões peculiares de casa instituição.

Assim como o Presidente do Estado, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque entrou para a história do Paraná, como o criador do Corpo de Bombeiros, novamente tão nobre oportunidade se avizinha, e é para o Governador do Paraná que este momento histórico se apresenta.

A desvinculação, é enfim, o voto de confiança que o Corpo de Bombeiros espera receber das autoridades constituídas que representam a sociedade paranaense, a quem tem servido sem mensurar esforços na sublime tarefa de salvar vidas e bens, desde 8 de outubro de 1912.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 320/07

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado da Segurança Pública a construção de nova Delegacia de Polícia no município de Guaíra.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo a construção de nova Delegacia da Polícia Civil no município de Guaíra, comarceragem compatível com a demanda, bem como atendimento às solicitações do Conselho da Comunidade de Execução Penal da Comarca de Guaíra.

Trata-se de situação que demanda urgente atenção por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 321/07

SÚMULA:

Propõe a construção de colégio estadual no Jardim Guaraituba no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1- Solicitar a construção de uma nova unidade escolar a nível de ensino fundamental e médio no Jardim Guaraituba no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se no aumento de alunos para o ensino fundamental de 5ª a 8ª série e ensino médio na região, e as escolas Colégio Estadual Genésio Moreschi e a Escola Estadual Guaraituba não estarem mais comportando a demanda escolar da comunidade, devido ao grande crescimento demográfico, sendo que os colégios mais próximos são o Colégio Estadual Heráclito Sobral Pinto no bairro Eucaliptos II e o Colégio Estadual Lacerda Braga no bairro Alto Maracanã.

A nova unidade escolar atenderá mais alunos da região, proporcionando segurança e qualidade no ensino.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja reservado o plenarinho desta Casa de Leis no dia 22 de outubro de 2007, às 11h00 para a realização de reunião ordinária da Frente Ampla Pelos Avanços Sociais.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado à Secretaria da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, o requerimento solicitando a instalação de novas indústrias no município de Fazenda Rio Grande, haja vista que o setor industrial do município não possui incentivos, tornando a geração de empregos inexistente, ou mesmo, prejudicando as poucas empresas que estão instaladas. Exemplo vivido pela Woodgrain do Brasil, indústria madeireira que gerava cerca de 700 empregos, dando preferência aos moradores do município, dentre estes, 400 funcionários já foram dispensados, pois a empresa esta fechando as portas. Outro exemplo é a EMBRAPINUS, que por fatores econômicos e por falta de incentivos, fechou as portas deixando 248 funcionários sem emprego.

A situação atual do município exige que medidas sejam tomadas, afinal, o setor industrial não conta com nenhum incentivo, tanto do Governo do Estado, quanto da própria Prefeitura Municipal. Estes mais de 650 cidadãos, dispensados de uma única vez, deixam uma triste marca para o município que já sustenta o título de cidade dormitório, pois a massa trabalhadora ativa, cerca de 35 mil habitantes, precisa recorrer à municípios vizinhos e à capital para poder trabalhar. Visando o bem estar da população pede-se a instalação de novas empresas que possam substituir e reparar o dano causado à população, devido o encerramento das atividades destas empresas supracitadas.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Blick, falecido no dia 12 de outubro de 2007, em Santo Antônio do Sudoeste/PR, aos 56 anos de idade, deixando viúva a Sra. Celina de Andrade Blick, residente e domiciliada na R. Percy Schereiner, s/n, Cen-

tro, Santo Antônio do Sudoeste/PR, e seus filhos, Vile Alfredo Blick e Felipe Blick.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Guilherme Blick nasceu em 1º de setembro de 1951 no Distrito de Pranchita, na época pertencente ao município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, e dedicou toda a sua vida à família e à comunidade, onde exercia a função de educador. Nesta qualidade foi Diretor e professor da Escola Estadual Humberto de Campos, no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR. Além disto, também lecionava em outras cidades da região sudoeste, tais com Ampére e Pranchita.

Em todos os estabelecimentos de ensino onde trabalhou, sempre gozou de prestígio entre os alunos, professores e funcionários, sendo merecedor do respeito e do carinho de todos. Sua morte precoce causou profundo pesar em toda a região, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 3029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Hisayoshi Fujii, com 89 anos de idade.

O falecido deixa viúva a Sra. Fuzi Kimiko Fujii. Deixa 2 filhos: José Fujii e Wilma Fujii e 4 netos.

À família enlutada as mais sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Bruno Strobel Coelho Santos.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Encontrado morto na semana que passou, no município de Almirante Tamandaré, o estudante de 19 anos, Bruno Strobel Coelho Santos que estava desaparecido há dias. Ele era filho do jornalista Vinicius Coelho, colunista esportivo do Jornal Tribuna do Paraná.

O trágico passamento do jovem Bruno veio entristecer profundamente, não apenas seus familiares e parentes, mas seus amigos dentre eles esse Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo, é a certeza de que viveu uma vida honrada na companhia de seus familiares.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, pois a saudade que sentirão será imensa mas temos certeza que o Pai Celeste lhes dará o consolo necessário, neste momento de grande dor.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares do jovem Bruno, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3024

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao jornalista José Deodato Skroski, Diretor da SENAP - Sociedade Nacional de Pesquisa de Opinião Pública, em razão do trabalho realizado na Premiação de Consagração Pública, com votos extensivos aos demais membros da Diretoria.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3035

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Sra. Simone da Graça das Chagas Lima.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Simone da Graça das Chagas Lima, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense, ao longo de sua extraordinária atuação como Superintendente da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer, da Prefeitura Municipal de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 3028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam incluídos no Relatório da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação desta Casa, que vistoriou o Aeroporto Silvio Name Junior de Maringá, dos novos fatos ocorridos na semana passada com um avião da TRIP.

A disputa entre a TRIP e a Nordeste provocou novo incidente no aeroporto de Maringá. Um avião da TRIP teve de arremeter porque outro aparelho, um Sêneca que transportava diretores de um frigorífico, chegava no mesmo horário. O problema entre as empresas envolve o uso do sistema de rádio.

Essa disputa entre as duas empresas pode acabar em tragédia, e, são essas razões que nos levam a solicitar

ao Presidente da comissão acima citada, Deputado Marcelo Rangel a incluir esse novo relato no relatório que apresentará das irregularidades anotadas pela comissão de Deputados que vistoriou aquele aeroporto.

Diante desse novo fato, este Parlamentar solicita à Administração do aeroporto de Maringá, que mantenha ligada as luzes do sistema de balizamento da pista do aeroporto durante toda a noite, para evitar que venha a ocorrer uma tragédia aérea como a que ocorreu em São Paulo recentemente.

Requer, também, providências para que o sistema de comunicação, via rádio, opere com todas as empresas aéreas, independente de haver pendências comerciais entre elas, pois, o usuário não pode arcar com a sua vida, por haver desentendimento entre as empresas TRIP e Nordeste.

Desta forma, solito às autoridades da aviação civil, que intercedam urgentemente, no sentido de que sejam mantidas ligadas as luzes do sistema de balizamento da pista de pouso daquele aeroporto durante toda a noite, bem como, seja mantido em operação o sistema de comunicação por rádio, em atendimento a todas as empresas que operam em Maringá, independente de pendências comerciais entre elas.

Encareço, portanto, ao Presidente da Comissão de Transportes desta Casa, que inclua este fato no relatório que vai enviar para as autoridades da aviação brasileira, antes que venha a ocorrer uma catástrofe no aeroporto regional de Maringá.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Parlamentar que este subscreve, foi o primeiro a denunciar recentemente as irregularidades que vinham acontecendo no aeroporto de Maringá, com os aviões da TRIP, por questões de cobrança de uma dívida entre a empresa Nordeste e a TRIP, quando se chegou ao absurdo de se apagar as luzes do sistema de balizamento da pista daquele campo de pouso por duas vezes para impedir a descida de uma aeronave da TRIP, sendo que na segunda vez o avião com 39 passageiros e 4 tripulantes, ficou sobrevoando Maringá por 48 minutos, descendo somente, ao aproveitar que as luzes da pista foram acesas para a descida de um avião da TAM.

O absurdo que nos levou a fazer a denúncia para as autoridades da aviação brasileira foi o fato de haver uma disputa para recebimento de uma dívida, com os aviões em pleno ar, colocando em risco de morte os passageiros que nada tem a ver com o fato.

Essa pendenga nos levou, ainda, a denunciar o fato para a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembléia Legislativa, quando prontamente, o Presidente Deputado Marcelo Rangel formou uma comissão composta dele próprio e nós Parlamentares de Maringá - Cida Borghetti, Dr. Batista e este que subscreve o presente, quando foram feitas as averiguações necessárias.

Agora, quando tudo parecia caminhar para a solução do problema e o relatório da comissão estava pronto para ser entregue às autoridades brasileiras, surge uma nova denúncia de uma nova barbaridade na última quarta-feira.

A disputa comercial entre a TRIP (empresa devedora) e a Nordeste Linhas Aéreas (empresa credora), teve mais um capítulo que poderia ter terminado com mais uma tragédia aérea no país.

Por volta das 20h30 da noite desta última terça-feira, dia 9 de outubro, uma aeronave da TRIP precisou arremeter porque outro avião chegou no mesmo horário para pousar no Aeroporto Regional de Maringá.

A situação foi acompanhada por dois oficiais do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II) que estavam em Maringá desde a semana anterior.

O piloto do Sêneca PA-34, que chegou junto com a aeronave da TRIP ATR-42, transportava seis diretores de um frigorífico, comunicou o fato e fez um relatório do perigo aos oficiais do CINDACTA II que lá estavam.

O vôo da TRIP, de nº 5517, saiu de Rondonópolis (MT) e transportava 35 passageiros e 4 tripulantes.

O piloto do Sêneca relatou que teve de acelerar o avião para pousar rapidamente e liberar a pista para a aeronave que vinha em seguida, e, com isso demorou mais para conseguir parar o avião.

Disse ainda o piloto que houve contato visual dos aviões no ar e citou que o avião da TRIP não informou a torre que estaria seguindo para Maringá. A TRIP alega que está elaborando um relatório sobre o episódio e que a situação não teria ligação com a torre de comando e que o avião pousou normalmente, após ter arremetido.

REQUERIMENTO Nº 3030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Desembargador José Antonio Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que proposta da elevação da Comarca de Rio Negro para a Instância Intermediária seja examinada pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado, por tratar-se de uma antiga reivindicação da municipalidade de Rio Negro e da sua Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Exmo. Governador Roberto Requião e ao Secretário Estadual de Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari, para que sejam tomadas as seguintes providências em prol do município de Coronel Domingos Soares, deste estado:

1) designar um investigador para auxiliar na elucidação do crime que vitimou o casal Luiz Ernesto Eilert e Aparecida Elaine Mulher Carli;

2) aumento efetivo, designando um Delegado de carreira, um Escrivão e Policiais Civis para permanecerem lotados no município;

3) construção de uma Delegacia de Polícia condizente com as necessidades funcionais e as normas mínimas de segurança.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que recebeu requerimento da Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares informando que este município em especial está com um índice de criminalidade acentuado.

A exemplo do crime bárbaro que vitimou o jovem casal Luiz Ernesto e Elaine, insolúvel até o momento, que deixou marcas profundas na sociedade domingosoarense.

Esta falta de segurança tem aumentado o temor de todos e afrontado as autoridades constituídas, especialmente da área de segurança pública, pelo fato de um crime desta natureza revoltar toda uma comunidade, não só pelo resultado da barbárie mas também pela inércia na apuração da sua autoria.

No dia 27 de junho do corrente ano, a comunidade se mobilizou e se manifestou publicamente no plenário da Câmara Municipal clamando por justiça, segurança e por uma efetiva operacionalidade das autoridades no sentido de elucidar este grave crime, entre outros que também clamam por solução e justiça.

O município de Coronel Domingos Soares conta com uma população de 7.264 habitantes, de acordo com os últimos dados do IBGE, e sua extensão territorial é de 1.557.894 km², porém possui apenas um policial. Esse déficit de segurança vem ocorrendo ao longo do tempo, apesar das inúmeras reivindicações já feitas.

REQUERIMENTO N° 3038

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e tendo em vista o que dispõem a Constituição Federal e Estadual, a Lei n° 4320/64, a Lei Complementar n° 101/00, no que respeita à elaboração e controle orçamentário, REQUEREM ao Sr. Enio Verri, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, após ouvido o douto Plenário, informar relativamente as despesas com viagens de servidores, no âmbito da administração pública estadual:

1) Qual o valor estimado no orçamento para despesas com viagens de servidores públicos estaduais, inclusive do Sr. Governador, para os exercícios de 2006 e 2007, em cada uma das unidades orçamentárias do estado (passagens, pousada, locomoção, deslocamentos urbanos, alimentação, outros serviços de terceiros)?

2) Houve ajustes em relação aos valores inicialmente estimados nas Leis Orçamentárias n°s 14977/05 e 15339/06?

3) Em caso positivo, informar os respectivos montantes, quais as unidades orçamentárias que solicitaram alteração orçamentária e qual a justificativa que fundamentou o ajuste? Foi procedida a comunicação do ajuste à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas?

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, DOUGLAS FABRÍCIO, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO N° 3037

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM a Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Lunardon, após ouvido o douto Plenário, informar relativamente ao uso de cartões corporativos por servidores no âmbito da administração pública estadual, inclusive o Sr. Governador, e em face do disposto nos artigos 4°, 5° e 7°, do Decreto n° 3498/04.

1) Como são feitos os controles das despesas pagas através de cartões corporativos relativos a viagens (passagens, pousada, locomoção, deslocamentos urbanos, alimentação, outros serviços de terceiros)? Juntar as cópias dos relatórios de controle destas despesas relativas a 2006 e aos meses janeiro a setembro de 2007.

2) Os relatórios de detalhamento de despesas de viagens, acompanhados das respectivas notas fiscais e outros comprovantes de despesas são encaminhados à Central de Viagens desta Secretaria? São também encaminhados ao Tribunal de Contas? Onde ficam os originais destes documentos? Juntar cópia dos relatórios correspondentes ao período acima solicitado.

3) Além das despesas arroladas acima, existem outras despesas que possam ser consideradas como despesas de viagem e, como tais, serem pagas através de cartão corporativo?

4) Além das despesas de viagens existem despesas de qualquer outra natureza que podem ser pagas através de cartões corporativos?

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, DOUGLAS FABRÍCIO, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO N° 3036

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil, após ouvido o douto Plenário, informações às despesas relativas a gastos com viagens de servidores

públicos, inclusive do Sr. Governador e comitiva, em 2006 e 2007, até o mês de setembro, conforme segue:

1) especificar os gastos, em cada viagem, com passagens, pousada, locomoção, deslocamentos urbanos, alimentação, outros serviços de terceiros, e eventuais outras despesas, de modo a detalhar e possibilitar a identificação dos valores correspondentes às despesas pagas com cartões corporativos, informadas em relação a essa Casa Civil, no site Gestão do Dinheiro Público, do Governo do Estado e nos relatórios do SIAF;

2) informar quais os servidores que utilizaram cartão corporativo em cada viagem;

3) juntar cópia dos relatórios de detalhamento das despesas relativas a cada viagem, acompanhadas das cópias dos respectivos comprovantes, no mesmo período.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, DOUGLAS FABRÍCIO, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao Grande Expediente.

Segundo requerimento apresentado pela Deputada Rosane Ferreira e aprovado por esta Casa, foi requerido o Grande Expediente desta Sessão para pronunciamento do Prefeito de Apucarana, Sr. Valter Aparecido Pegorer, que irá fazer uso da palavra por 30 minutos.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Primeiramente, quero agradecer a oportunidade que esta Casa me deu, porque fiz essa proposição que foi acatada pela Mesa e hoje temos o prazer de receber o Padre Valter Pegorer, Prefeito de Apucarana, bem como o Sr. professor Cláudio, que é o Secretário de Desenvolvimento Humano daquele município. Estive em Apucarana, visitei o sistema de ensino e desenvolvimento humano de Apucarana e quero deixar destacado que é mais do que ensino e queria compartilhar a experiência que tive com os demais Deputados desta Casa e deixar registrado nos Anais desta Casa a experiência de lá, para que isso sirva de estímulo para que essa política se propague pelo Paraná como um todo e, quiçá, por todo o nosso território brasileiro. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o professor e Prefeito Valter Pegorer, destacando que hoje é Dia do Professor e para nós é uma satisfação receber, nesta Casa, ilustre figura para falar sobre uma questão tão importante para o Paraná, para o Brasil, para os nossos municípios, para a nossa gente e para as nossas crianças, que é a questão da educação. V. Exa. tem 30 minutos.

Sr. Valter Aparecido Pegorer - Prefeito de Apucarana

O SR. VALTER APARECIDO PEGORER

Quero cumprimentar a Mesa e os Srs. Deputados, e agradecer por essa oportunidade. Agradecer a Deputada Rosane que fez a proposta para que viéssemos aqui hoje, exatamente no Dia do Professor, para fazer uma homenagem justa aos professores através de uma experiência que tem dado grandes resultados positivos. Estou aqui acompanhado do professor Cláudio Silva que é Mestre em Educação, e no final ele vai fazer a complementação desta minha apresentação.

Bom, Apucarana é hoje também chamada de Cidade Educação, justamente pela sua vocação, pelos desafios a que ela se propôs. Então, acho que é desnecessário colocar aqui que Apucarana fica no centro-norte do Paraná, é um entroncamento rodo-ferroviário, e hoje ela está em franco desenvolvimento. Ela é rica em nascentes de águas, tem riquezas como a cerejeira, e por isso que é chamada também cidade das cerejeiras; é uma cidade rodeada de parques, sendo que o seu último parque, o mais recente o Parque Ecológico Santo Expedito que foi a transformação de uma erosão, de um depósito de lixo, numa área que pode se constituir num destino turístico. A sua vocação produtiva é na área da indústria de modo especial de bonés, Apucarana é hoje a capital nacional dos bonés, sendo que quase 70% da produção nacional é produzido em Apucarana.

Bom, mas o ponto que quero me referir nesta tarde é justamente este, que a função do Poder Público é de interpretar os sonhos do povo e ajudar o povo a realizar os seus sonhos. Nós todos somos Poder Público, e o povo quando vota na gente, o povo vota nos seus sonhos. Portanto, o nosso papel é de interpretar esses sonhos e ajudar o povo a realizar esses sonhos. E a nossa estratégia na administração, eu sou Prefeito pela terceira vez, a nossa estratégia é justamente administrar a partir de quatro pactos sociais que são fundamentais para o desenvolvimento. Então, no dia 08 de fevereiro de 2001, nós reunimos a sociedade e fizemos o primeiro pacto, o pacto pela educação, porque entendemos que a educação é o grande instrumento que impulsiona as demais atividades de desenvolvimento. Em 2005, no dia 26 de janeiro, nós fizemos o segundo pacto, o pacto pela responsabilidade social. Então, a partir de agora, os fornecedores, os que prestam serviços para a Prefeitura, que vendem para a Prefeitura, devem fazê-lo tendo o selo de responsabilidade social, tem que demonstrar que desenvolve a atividade de responsabilidade fiscal e que são empresas socialmente responsáveis. O terceiro pacto é o pacto pela vida, que aconteceu em 26 de junho de 2007, portanto deste ano, pacto pela vida contra a droga, contra a violência, por uma cidade pacífica. E por último, ainda no mês de junho de 2007, tivemos um pacto por uma cidade saudável.

Em cima desses pactos procuramos desenvolver as nossas atividades.

Todos conhecemos os objetivos de desenvolvimento do milênio, estabelecido pela ONU. Desde acabar com a fome e a miséria; educação básica para todos; igualdade entre o sexo e valorização da mulher; redução da mortalidade infantil; melhora na saúde da gestante; combate a doenças, como AIDS, Malária; a busca do equilíbrio do meio ambiente, através da qualidade de vida, e por último, a união de todos para o desenvolvimento.

Aí temos o instrumento para auscultar os sonhos do povo, expectativa do povo, desejo e suas necessidades. Esse instrumento chamamos de células comunitárias.

Esse programa foi implantado em 2003. Hoje temos 24 células comunitárias. A escola é a capital da célula. Fazem parte da célula lideranças ligadas à escola, unidade de saúde, creches, associação de moradores, igrejas católicas, evangélicas, times de futebol. Reúnem-se a cada 15 dias com o propósito de discutir os destinos da comunidade e as ações que podem e devem ser feitas pelo Poder Público e as ações que podem ser feitas pela própria comunidade.

(Mostra um mapa de localização das células)

A essência desta apresentação é os objetivos do milênio, consubstanciado em ações de Governo.

É possível antecipar as metas de desenvolvimento do milênio que foram estabelecidas para 2015 os seus resultados pela ONU.

Temos hoje a opção preferencial pela educação. A educação é o carro-chefe de todas as ações desenvolvidas no município.

Não faz sentido pensarmos em vários programas dissociando na educação. Optamos em 2001 pela educação integral. Hoje as crianças ficam o dia todo. Entram sete e meia da manhã e saem quatro e meia da tarde.

É preciso ser educação integral. Que haja preocupação de preparar a criança para os desafios para a vida. E com a educação integral estamos promovendo a justiça social. Por quê? Os filhos das famílias mais ricas vão pela manhã para escola curricular normal e na parte da tarde tem atividades extracurriculares: tem natação, tem música, tem teatro. E os filhos dos mais pobres são obrigados ou a ficar em casa sozinhos, ou então a ficar na rua aprendendo o que não deve.

Através da educação integral promovemos a justiça social, dando oportunidades iguais para filhos de pobres e filhos de rico.

(Mostra um organograma com os quatro pactos e os vários programas)

Costumamos dizer que em Apucarana nos preocupamos com o ser humano da barriga da mãe a terceira idade.

Temos a escola da gestante, uma série de atividades no atendimento a criança, ao adolescente, ao jovem, a família, o encaminhamento ao mercado de trabalho, o cursinho pré-vestibular gratuito.

E hoje temos a FACE - Fundação Apucarana Cidade Educação, que tem como objetivo capacitar as docentes, para que preparem bem as crianças para a vida do dia-a-dia de forma adequada para enfrentar os desafios sem maiores problemas.

E a terceira idade através de um programa que chamamos de Clube da Sabedoria, para atender às pessoas da terceira idade e, no meio, nós temos um programa importante que chamamos de Assistência Social com Dignidade, que evoluiu para um outro programa chamado RESOLVI - Rede Solidária da Vida, ou seja, as pessoas que recebem benefícios sociais têm que dar uma contrapartida. Então, ao receber uma passagem, uma cesta de alimentos, a pessoa tem que dar um dia, dois dias, três dias no hortão comunitário. Sabendo que ela vai aprender a mexer com horta e, ao mesmo tempo, o fruto do hortão vai para mesa dos seus filhos através da merenda escolar, através da alimentação escolar.

Aqui nós temos algumas imagens de habilidades de células comunitárias, Escola da Gestante, e observem que, em cima de cada nomenclatura, nós temos a correspondência de um dos objetivos do milênio, por exemplo, células comunitárias atendem ao objetivo oito; a Escola da Gestante atende os objetivos cinco e seis; e assim por diante. Nós temos, aqui, um programa de prevenção à gravidez na adolescência; o Centro Infantil Sonhos de Criança; a Escola da Oportunidade; os trabalhadores comunitários, que visa aumentar a renda, melhorar a qualidade de vida das pessoas; o Sacola Verde que, dentro do meio ambiente, é o programa de reciclagem do lixo, separação do lixo reciclável; o cursinho pré-vestibular gratuito que, também, está no sétimo ano.

A educação integral não começou ontem, ela começou em 2001 e, hoje, nós temos 11 mil e 200 crianças o dia inteiro na escola. Se nós formos a Apurana, agora, nós não vamos encontrar crianças nos semáforos ou crianças perambulando pelas ruas. Com isso, estamos diminuindo a violência e estamos fazendo aumentar a renda familiar, porque estamos liberando as mães para o trabalho, os pais, mas especialmente as mães.

Eu quero chamar atenção para este selo de responsabilidade social, ele entrou em vigor em 1º de março deste ano. Como disse, agora pouco, os fornecedores, ao participarem de um processo de licitação no município de Apucarana, devem apresentar o selo de responsabilidade social, ou seja, devem atender a sete exigências. Quais são as exigências? Três são certidões expedidas pela Delegacia Regional do Trabalho (são certidões normais), depois, tem que apresentar o balanço social, o relatório de atividades sociais, a licença ambiental. Se não tem o relatório de atividades sociais, pelo menos um compromisso de desenvolver atividades sociais e, por último, uma carta de adesão ao pacto global da ONU. Então, a empresa entrega para Prefeitura, a Prefeitura encaminha à ONU. Então, desta forma, a empresa pode receber o selo de responsabilidade social.

Aqui nós temos os prêmios que, em função desta proposta, o município recebeu nos últimos anos. Com o programa células comunitárias recebemos o Prêmio Homero Oguido, em 2006; com a Escola da Oportunidade e a odontologia intra-uterina recebemos o prêmio Dignidade Solidária, em 2005; com a merenda escolar recebemos o quarto prêmio, recebemos o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar como a melhor alimentação escolar do sul do país; recebemos, ainda, o Prêmio Estadual do DENATRAN; o Prêmio Estadual AGRI-NHO; o Prêmio Nacional de Educação Ambiental. Com a Escola da Gestante recebemos o único prêmio de um município paranaense, o ODM Brasil, foi o único prêmio numa promoção do Governo Federal com a Organização das Nações Unidas através do PNUD; e recebemos, ainda, o Prêmio Qualidade e Inclusão Educacional e, por último, dentro da proposta de atendimento à criança e ao adolescente, recebemos o Prêmio Prefeito Amigo da Criança.

De tudo que estou colocando, é fundamental se ater a esta questão: a educação é o grande instrumento de transformação da vida da comunidade. O que nós vemos aqui é uma coisa simples, é uma receita simples. Aqui estão os princípios fundamentais do desenvolvimento, que chamo, também, de quadrinômio do desenvolvimento, ou seja, primeiro está a educação; através da educação nós levamos às pessoas à produção; com a produção nós buscamos alimentação adequada e, por último, a saúde. Na concepção da Organização Mundial da Saúde, a Saúde não é apenas ausência de doença física, mas saúde é o completo bem-estar e podemos colocar o que quiser, físico, social, moral, psicológico e espiritual. O inverso disso é o que podemos chamar de ciclo vicioso da miséria, que é o que está ocorrendo em muitos dos nossos municípios paranaenses e brasileiros também. As pessoas não têm saúde, ou morrem antes da hora, ou o índice de mortalidade infantil é grande, porque não se alimentam. Por alimentação, aqui, não queremos falar apenas do arroz, feijão, batata, mas a alimentação de leitura, cultura, esporte, lazer, bem-estar e assim por diante. As pessoas não se alimentam porque não produzem e não produzem porque não têm dinheiro e porque não estão educados e não estão formados. É fácil de entender que a educação é o carro-chefe de tudo isso.

O Fernando Dolabela, autor do livro *A Pedagogia Empreendedora*, coloca a sociedade como uma pirâmide. Na base da pirâmide estão aqueles que não tiveram oportunidade, que não aprenderam o suficiente ou que tiveram o curso primário de antigamente. No meio da pirâmide estão aqueles que avançaram um pouco. Por fim, no topo da pirâmide, estão aqueles que estudaram, que fizeram curso superior, que fizeram aperfeiçoamento. Esses têm acesso ao poder, ao conhecimento, à riqueza.

Portanto, precisamos procurar, através da educação, não inverter esse quadro, mas reverter essa situação, fazendo com que todos tenham oportunidade de chegar ao topo da pirâmide.

A escola em tempo integral, é importante salientar que não é apenas escola em tempo integral, não se trata de elaborar programas de contra-turno. A criança vai para a escola de manhã e à tarde tem mais uma atividade, vai para casa almoçar. A escola em tempo integral tem que ser uma proposta de educação integral, preparando as pessoas, as crianças, para os desafios, os embates da vida.

Temos uma fundamentação legal. O que estamos falando não é uma invenção nossa, não é uma coisa nova que descobrimos. A LDB - Lei de Diretrizes e Bases do MEC, em 1996, estabeleceu o que ela chamou de década da educação. Através da Lei nº 9394/96, o artigo 34 estabelece lá atrás, há 11 anos, a jornada escolar no ensino fundamental incluirá, pelo menos, 4 horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. Depois, no parágrafo 2º, ela diz que o ensino fundamental é ministrado progressivamente, em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

A LDB estabeleceu duas questões fundamentais na década da educação. Primeiro, que todos os professores tivessem curso superior; segundo, que a educação fosse em tempo integral.

Estabelecemos no município de Apucarana a educação integral, através de uma lei municipal. O próximo Prefeito, se quiser reverter a situação, tem que revogar essa lei, tem que brigar com o povo, porque o povo assimilou essa proposta de educação integral. Essa Lei nº 090/01 estabeleceu simplesmente que o horário da escola em Apucarana é das 7h30 às 16h30. Portanto, nesta educação integral, as crianças permanecem o dia todo e as atividades que poderíamos chamar de contra-turno ou extracurriculares, fazem parte do currículo da escola.

Isto não é uma novidade que estamos inventando no Brasil, ou em Apucarana, ou no Paraná. Os países desenvolvidos, da Europa, países como o Japão e a Coreia experimentaram a educação integral, estão experimentando um salto de desenvolvimento. Aqui, todos os países da América Latina adotam a educação integral, com exceção do Brasil. Agora, o Ministério da Educação despertou, acordou para isso, e está, através do FUN-DEB, estimulando os municípios, para que eles adotem a educação integral.

Temos algumas atividades, aqui, como: alimentação escolar; hortas medicinais; pedagogia empreendedora, que consiste em levar a criança a descobrir os sonhos de correr atrás deles; projeto teatro escolar, que desperta os dotes das crianças nessa área; projeto folclore, através da dança. Há bem pouco tempo atrás, o balé era privilégio de filhas de famílias ricas. Hoje, todas as crianças têm acesso, portanto, a universalidade dessa atividade também. Projeto de Musicalização; Projeto Resgate, voltando ao passado, com brincadeiras do passado que foram deixadas de lado, Projeto Força no Esporte, uma parceria com o Exército Brasileiro; Projeto Karatê na Escola e o Projeto Natação, dentre outros projetos.

Temos pelo menos 40 a 50 atividades, além das atividades curriculares normais: Português, Matemática, Geografia, e assim por diante.

E agora eu vou pedir ao professor Cláudio que apresente, rapidamente, as questões pedagógicas e os resultados já obtidos através desta educação integral no município de Apucarana.

Dentre esses resultados temos o bom aproveitamento das crianças no Prova Brasil do ano passado.

Passo agora a palavra ao professor Cláudio, que é o nosso Secretário de Desenvolvimento Humano.

Professor Cláudio - Secretário de Desenvolvimento Humano

O SR. PROFESSOR CLÁUDIO

Srs. Deputados, é uma satisfação poder trazer um pouco da experiência de Apucarana.

Vamos colocar algumas imagens, pois elas falam mais do que as palavras.

São algumas atividades desenvolvidas na escola em tempo integral.

(Inicia a apresentação de vídeo)

Este é o Projeto PROERD, que praticamente todas as escolas paranaenses e brasileiras já desenvolvem, de resistência às drogas.

O projeto de alfabetização, que é uma oportunidade que o tempo integral oportuniza, porque você também tem um tempo maior para trabalhar adequadamente a criança, isto acaba reduzindo muito a questão da evasão escolar e a repetência.

O reforço escolar, que você também pode trabalhar individualmente as dificuldades que os alunos apresentam no processo de desenvolvimento cognitivo.

Este é um projeto de literatura, onde as crianças recebem todas as semanas o jornal e trabalham criticamente as notícias que lhes interessam, e depois acabam levando esses jornais para casa, ajudando também a inclusão da leitura, do acesso ao jornal à família e o desenvolvimento também das habilidades.

A Oficina do Desenvolvimento Cognitivo, que são várias práticas que vão desde o artesanato, a arte e atividades culturais que ajudam a desenvolver o raciocínio cognitivo, o desenvolvimento da capacidade de aprender. Normalmente são atividades que a família ajuda na capacitação na escola - são avós, tias que ensinam, por exemplo, a tecelagem, depois disto é feito um processo de capacitação e as crianças acabam assimilando.

São basicamente 40 atividades que são alternadas ao longo da semana. Numa tarde, normalmente eles têm em torno de 4 a 5 atividades extras.

O xadrez também está em todas as escolas. E aqui um grande momento de um festival de xadrez envolvendo representantes de todas as escolas do município. É uma atividade que ajuda sobremaneira o desenvolvimento do raciocínio.

E as atividades artísticas que também são um componente muito importante dentro do processo educacional e hoje temos em todas as escolas as possibilidades de acesso, onde a criança se inscreve livremente naquela atividade que mais lhe interessa, até porque pela própria faixa etária elas gostam de uma certa mobilidade, tendo alternativas de participar de atividades diferenciadas, também de ordem artística.

Esta é um modalidade que fazemos em parceria com a escola de moda.

(Apresentação de vídeo)

Na seqüência, um pequeno resultado, uma pequena amostra já do resultado desse trabalho. No Prova Brasil, já uma primeira medição aponta, em roxo, a média nacional em Língua Portuguesa e Matemática. Aqui, em azul claro, está o 1º lugar por capitais em Língua Portuguesa, Campo Grande; em Matemática aqui a nossa Curitiba; em amarelo estão as 37 escolas de Apucarana em Língua Portuguesa e Matemática, e em dourado estão 8 escolas em destaque do município de tiveram notas superiores inclusive aos primeiros lugares das capitais.

Esta é uma primeira sinalização de que este realmente é um caminho que dá resultado.

Fizemos uma projeção para verificar como a rede municipal está em aprovações, em reprovações e evasão. Em evasão, percebemos que os municípios zeraram. As crianças estão nas escolas, temos um desafio que é reduzir ainda mais os índices de aprovação e conseqüentemente aumentar os índices de aprovação nos municípios.

As metas que foram estabelecidas é que, já em 2007, consigamos a média de 5.3 em toda rede. Os senhores e as senhoras sabem que o Ministério da Educação propôs para 2001 a média 6 para as escolas brasileiras. Temos hoje, em torno de 30% das escolas de Apucarana que já superaram a média 6. Estabelecemos para 2008 a média 6.6.

Finalizando, para 2008 a média 6.6 é o nosso desafio no município de Apucarana.

As várias parcerias, desde voluntários, a Polícia Militar, o Exército Brasileiro, todo sistema S (sic) e a sociedade organizada se colocam como parceiros desse processo.

E aqui a frase que nos inspira e que é, na verdade, a grande luta de todos nós que vivemos a vida pública: "Viver, só se vive pela fé; caminhar, só se caminha pela esperança; atuar, só se atua pelo amor."

Muito obrigado, boa-tarde a todos.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero parabenizar a nobre colega, Rosane Ferreira, pela felicidade de convidar o nosso querido Prefeito, Valter Pegorer e o Secretário Cláudio.

Registrar, Prefeito, nosso reconhecimento público ao grande empenho da administração de V. Exa. em investir na criança, investir na educação, nota 10 com todo louvor!

É um orgulho para todos nós saber, em que pese todas as dificuldades que um Prefeito enfrenta dia-a-dia, muitas vezes a receita é menor do que as demandas extremas. Quanto sonho tem um Prefeito, um Secretário, de implementar tanta inovação, tanta transformação e, muitas vezes, o caixa da Prefeitura não permite. Não é problema de Apucarana, esse é o problema do Brasil inteiro e mesmo assim V. Exa. tem dado uma grande lição de administração e competência, de visão no futuro, investindo na criança, investindo na educação, porque esse é, com certeza, o maior patrimônio, a maior herança que a administração de V. Exa. vai deixar na história de Apucarana.

Tem Prefeito que investe pouco em educação e diz que isso não dá voto e as urnas, muitas vezes, mostram que alguns administradores deram o melhor que puderam na área da educação e o resultado nas urnas não foi satisfatório. Lá na frente a população reconheceu e trouxe de volta o administrador.

Parabéns Prefeito Valter, parabéns Secretário Cláudio, que Deus continue abençoando a todos vocês, aos professores, a toda administração da cidade de Apucarana e que outras prefeituras do nosso país copiem essa lição de bem administrar de Apucarana.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia, de falar ao Padre Valter do seu trabalho maravilhoso que é uma referência, não só no Paraná, mas no Brasil. Parabenizá-lo e também parabenizar o seu Secretário e o nosso Deputado Teruo Kato, que infelizmente ainda não está aqui, deve estar chegando. Nós, o Deputado como Vice-Presidente da Comissão de Educação junto com os demais membros, estamos fazendo seminários regionais sobre educação integral e o Padre Valter tem orientado, participado e divulgado a sua experiência, tão rica, para a educação desse país.

No momento em que o Brasil todo passa a discutir, com mais profundidade, a questão de educação através do plano educacional do Governo Federal, acho que é muito bem-vindo esse trabalho do Padre Valter e as coisas que foram concretizadas na sua gestão em Apucarana.

Parabéns Padre, parabéns Secretário, e podem contar com a nossa Comissão de Educação e com os demais Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradecemos a presença do Padre Valter, Prefeito de Apucarana; ao Secretário de Educação e agradecemos a Deputada Rosane por proporcionar esta brilhante apresentação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência apenas quer esclarecer a V. Exas. a explicar o motivo de termos quebrado o acordo que

existe entre nós, que não é nem mais um acordo, é uma regra, de que não se cede o Grande Expediente a não ser nas quintas-feiras.

No entanto, o pedido da Deputada Rosane Ferreira que tinha sido feito no início do mês de junho e que foi deferido pela Mesa, razão pela qual abrimos essa exceção hoje. O que não vai acontecer mais. Cabe, portanto, essa explicação a V. Exas. para que não tenhamos que ficar abrindo precedentes e criando embaraços para nós mesmos.

Inscrito no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1º orador Sr. Presidente Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, uso o horário do PDT visto que não tem Pequeno Expediente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A Gazeta do Povo há dias atrás coloca em manchete “Indústria do Paraná tem o 3º maior avanço do país.” E aí tem a relação dos estados que mais cresceram. Minas Gerais 8.7, Rio Grande do Sul 8.1 e o Paraná 7.3. No que se refere ao Paraná precisamos, aqui, interpretar um pouco do passado. Nesta Casa éramos criticados porque defendíamos o Governo Jaime Lerner. Éramos muito criticados, porque defendíamos um Governo que estava mudando a roupagem da economia do Paraná. Mas, como a previsão nem sempre é acertada, muitas vezes nos silenciávamos, porque, será que vai dar certo? Será que essa indústria vai funcionar? Será que essa indústria vai crescer? Será que vão fabricar automóveis de verdade? Ou, vão apenas fabricar automóveis de plástico para crianças? Essa era a indagação que se fazia e nós, Deputados do Governo, recebíamos as críticas com capacidade de as receber, pois também não acreditávamos tanto no sucesso do Paraná no setor de automóvel, como o que na realidade aconteceu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estive há pouco tempo na Argentina, ocupei um táxi, olhei a marca do táxi e perguntei ao motorista: esse carro o senhor sabe onde foi fabricado? Ele olhou e falou: “Esse carro é do Paraná, é do Brasil.” Palavras do motorista que estava lá na Argentina dirigindo um Renault fabricado no Paraná.

Ainda também no Paraná, há anos atrás, o Governo Jaime Lerner trouxe uma empresa que fabrica o orgulho das estradas brasileiras: o Volvo, fabricado em Curitiba. Hoje, comercializado no Brasil e no mundo, mas ouvíamos essas críticas sobre o Governo, pois se exigia que o Governador daquela época, e aqui está presente hoje, como Presidente da Assembléia, ou então como Secretário da Indústria e Comércio, se indagava do Governador por que estava ajudando com terraplanagem, infra-estrutura, as empresas do Paraná, especialmente a Renault. Falavam, que eram 400 milhões, Elio Rusch, que o Governo Jaime Lerner estava alocando para a fábrica da Renault.

Hoje, ouvia o Deputado Valdir Rossoni, Líder do Oposição, dizendo que as fábricas de automóveis já contribuíram no Governo Roberto Requião, com 1 bilhão e 500 milhões, neste ano. A Gazeta do Povo, hoje traz uma matéria assinada pelo Celso Nascimento, que aqui não tenho tempo para lê-la.

Sr. Presidente, estou ocupando a partir de agora, com muita honra, o horário da Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais 10 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O SR. GERALDO CARTÁRIO

O Deputado Valdir Rossoni falava de 1 bilhão e 500 milhões e nós éramos criticados porque o Governo Jaime Lerner teria alocado 400 milhões.

O que me traz hoje, logicamente, não é que interpreta que o Paraná está indo muito bem, obrigado, pelo Governo passado, pois está aí a posição do Paraná, em terceiro no Brasil, graças aos automóveis.

Presidente Nelson Justus, V. Exa. intermediou, trabalhou e foi reconhecido o seu trabalho em Piên. V. Exa. sabe que a indústria de Piên corre um sério risco de fechar? Corre sério de fechar uma empresa que hoje é orgulho do sul do Paraná? Mas, por quê vai fechar? Será que vai fechar? Sempre estamos falando, pensando lá na frente.

Deputado Luiz Carlos Martins, a da Fazenda Rio Grande não vai fechar? Fechou. Fechou a empresa americana na Fazenda Rio Grande, que tanto lutamos para conseguir que ela ali ficasse. Brigamos com Campo Largo, a Brasmolde, hoje, praticamente já fechou; de 700 funcionários, 450 já foram dispensados. A Embrapinus, com 248 funcionários, também na Fazenda Rio Grande, fechou as portas.

Ora, não estou aqui para criticar o Governo Requião pelo fechamento dessas empresas, mas a Gazeta do Povo dizia: “O Governador Requião tem que mostrar a diferença, tem que deixar alguma coisa positiva para o próximo Governo”, porque até agora não se viu nada, não está se vendo nada, apenas essas empresas fechando.

Estou apresentando, gostaria do apoio dos Srs. Deputados, porque não adianta somente criticar. Não adianta ficar recebendo o povo, os operários da Fazenda Rio Grande, 700 funcionários que perderam o emprego. Não adianta ficar criticando o Governo, temos que apresentar sugestões, soluções. É isso que estou fazendo hoje aqui, enviando um requerimento à Secretaria da Indústria e Comércio e Assuntos do MERCOSUL.

(Lê):

“Incentivo para instalação de novas empresas no município de Fazenda Rio Grande.

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja enviado à Secretaria da Indústria e Comércio o requerimento solicitando a instalação de novas indústrias no município de Fazenda Rio Grande.”

Quando falo novas aqui, quero dizer que talvez surja, porque é um compromisso do Governo industrializar a região metropolitana, porque nos 12 anos do Governo Roberto Requião, são 8 ou 9 anos, não surgiu uma indústria sequer na Fazenda Rio Grande. Mas sabemos do seu interesse pela Fazenda Rio Grande, pela sua nova amizade com o Prefeito da cidade. Certamente irá corresponder, porque ali ele tem uma votação esmagadora, porque eu fui seu cabo eleitoral. Esperamos que nesses 3 anos que restam ao Governador, aliás, se for candidato a Senador, resta pouco mais de 2 anos para que surja uma nova empresa, uma nova indústria para a Fazenda Rio Grande, para dar uma resposta a esses 700 empregos que perderam no atual Governo, que tiveram as suas portas fechadas. Exemplo devido é a Brasmold ou Degreen do Brasil, indústria madeireira que gerava cerca de 700 empregos, dando preferência aos moradores do município. Entre esses, 400 funcionários já foram dispensados, pois a empresa está fechando as portas. Outro exemplo é a Embrapinus, que por fatores econômicos e falta de incentivos fechou as portas, deixando 240 funcionários sem emprego.

Aqui vai a pergunta: o que o estado de Santa Catarina tem que o Paraná não têm? O Paraná tem mais terras para plantar florestas do que Santa Catarina! Santa Catarina pode ganhar nas praias, porque não tem pedágio para Camboriu, e as autoridades do Paraná, a maioria, incluindo o Governador, tem casa em Camboriu, não no Pontal do Paraná e muito menos em Matinhos. As autoridades do estado, Prefeitos, Vereadores, Deputados, empresários, é uma correria para Camboriu, esqueceram que o Paraná tem litoral.

Ora, Santa Catarina, temos que reconhecer que tem portos, Itajaí, São Francisco e agora vão construir um outro dando um verdadeiro show, superando inclusive o de Santos, não se falando no porto de Paranaguá. Tudo isso está acontecendo e nada se faz, nada se comenta, simplesmente estamos baixando a cabeça e aceitando o desafio de que Santa Catarina está engolindo o Paraná.

Agora, aqui, para se plantar uma árvore é difícil, é quase impossível. As autoridades constituídas no Paraná fecham as portas e não atendem. No entanto, os pequenos comerciantes e agricultores, esses sim, em Santa Catarina eles estão incentivando a plantar árvores, seja eucaliptos, pinus ou qualquer outra.

Por isso que o mercado de madeiras é importante estar chegando a Santa Catarina, por incrível que pareça. E aqui, a nossa região sul do Paraná, não temos a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento.

O Sr. Elio Rusch (Democratas) (Aparte)

V. Exa. faz um pronunciamento que eu considero um dos mais importantes já feitos nos últimos dias na Assembléia Legislativa.

Não existe desenvolvimento econômico no estado, quando não existe sintonia entre o Poder Público e a iniciativa privada.

Enquanto V. Exa. fazia o pronunciamento sobre o fechamento de algumas indústrias no seu município, Fazenda Rio Grande, fui buscar rapidamente um Almanaque Paraná 2002 e encontrei os seguintes dizeres: “Se investiu no Paraná, na era de Jaime Lerner, R\$ 1 bilhão e 100 milhões na iniciativa privada, nas fábricas de painéis e aglomerados. Se investiu para a iniciativa privada mais de R\$ 5 bilhões no setor automotivo”.

E lógico, Deputado Geraldo Cartário, que os investimentos feitos naquela época, os reflexos econômicos estão surgindo agora. O próprio Governador Roberto Requião, na época era Senador da República e aqui na Assembléia Legislativa V. Exa., como eu e tantos outros Deputados mais, sofremos as críticas da Oposição, que criticaram o setor automotivo. Mas, graças ao setor automotivo que há o crescimento industrial no estado do Paraná. Deve-se, única e exclusivamente, à história do Paraná.

Então, aquilo que foi feito pelo Deputado Nelson Justus, hoje Presidente da Assembléia, como Secretário da Indústria e Comércio, como o atual Deputado Federal Eduardo Sciarra, que sucedeu o Deputado Nelson Justus na Secretaria de Indústria e Comércio, nós tivemos este desenvolvimento econômico. No porto de Paranaguá, foram investidos mais de R\$ 600 milhões, na época, para dotar o porto da infra-estrutura necessária. O porto de Antonina estava fechado. E até 2002, o porto de Antonina era o melhor porto para exportação de congelados.

Pena que o nosso Governador do Paraná não tem esta visão. E V. Exa. foi muito feliz quando disse: “Qual é o programa? Eu já disse desta tribuna e volto a dizer de novo e lanço um desafio: qual é o programa de desenvolvimento socioeconômico atual do Governo do Estado? Qual é o projeto de estratégia? Quando o Prefeito de Apucarana mostrou, aqui, o projeto de estratégia para o seu município, voltando para o lado social, qual é a estratégia que o Paraná tem para atrair indústrias? Nada! Quem agradece é Santa Catarina e São Paulo. E você disse muito bem: os portos de Santa Catarina estão lotados. Constrói-se, amplia-se - Navegantes, que está em operação - constrói o novo porto de Itapoá; e Santos também agradece. E o nosso, coitado do Paraná!

V. Exa. diz: “O que Santa Catarina tem que nós não temos?” E o Líder dos Democratas, Deputado Plauto, dizia e disse no meu ouvido, agora, Santa Catarina tem Governador. Aliás, Santa Catarina deu o título de Cidadão Honorário para o Governador Roberto Requião, porque é o melhor Secretário de Indústria e Comércio para aquele estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Concluindo, Sr. Presidente. Apenas nos resta deixar aqui a compreensão de todos os Srs. Deputados para

que alguma indústria venha a substituir as que fecharam na Fazenda Rio Grande, em número de 700 funcionários que perderam o emprego neste fim de semana. A culpa é de todo um contexto nacional. Não é só do estado. Mas, o Paraná tem poder suficiente para pelo menos amenizar o sofrimento do povo da nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho aqui, hoje um primor! De transparência do Governo! Como diz o velho ditado, é um luxo! Um luxo! Mas, antes de falar sobre isto, gostaria de colocar um posicionamento do que a Oposição está sentindo nos últimos dias. As dificuldades que temos tido em trabalhar.

Vou citar um caso e vou deixar até para despertar um pouco de curiosidade, porque é importante, veja a questão da saúde, Deputado Ney Leprevost. O caso da saúde, nós entramos com requerimento nesta Casa pedindo informações. Não conseguimos aprovar o requerimento, protocolamos na Secretaria e a Secretaria não informou. Fomos à Justiça e à Justiça nos concedeu uma liminar onde a Secretaria tinha cinco dias para prestar as informações aos Deputados de Oposição. Aí, habilidosamente - para quem já é campeão em esconder - iniciou-se aqui pronunciamentos dizendo que as informações já tinham chegado na Casa. Eu me calei e disse: se chegou na Casa, não chegou em quem está requerendo. Está na mão do Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Artagão. Eu, oficialmente, dirigi-me ao Deputado Artagão - não era necessário - pedindo os documentos da Secretaria de Saúde e isso faz mais de 60 dias e não recebi a resposta. A minha assessoria da Comissão de Fiscalização, procurou os elementos que trabalham na Comissão de Fiscalização para buscar os documentos da SESA e o que acontece?

Nós não estamos conseguindo os documentos que estão em poder das comissões desta Casa. Não tem como fazer Oposição, fiscalizar, atuar ou trabalhar. Acho que V. Exas. devem ter percebido que nos últimos dias até demos time, paramos, Deputado Douglas, e V. Exa. que está chegando deve ter observado: o que aconteceu com o Deputado Rossoni?

Eu parei para refletir e dizer: será que não estou sendo muito insistente? Será que está errada a minha atuação? Fiz uma reflexão de tudo isso, mas quero dizer que cada vez mais me convenço que estamos certos e não dá para dar trégua. Não dá para dar trégua! Deu trégua, o gato sobe em cima da mesa e se você não espantar o gato, não sei o que vai acontecer. Olha, não quero entrar aqui em outras questões, mas quero aqui lembrar muito bem

um dia em que estava presidindo a Casa naquele momento o Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin, no dia em que levantei o questionamento das ONGs. Aí o ilustre Líder do Governo veio com a seguinte posição: se aprovar o requerimento, que seja desde lá do começo do mundo, do Governo anterior. E eu disse: não tem nenhum problema. Vamos colocar no requerimento tudo o que você quiser saber, mas o que quero saber é deste Governo. E o que aconteceu?

Foi aprovado por unanimidade. E sabem onde estão as informações? Não sei. Não sei! E estou aqui aguardando. Poderia naquele momento dizer: olha, não quero tratar do Governo anterior, mas quero tratar do Governo atual. Já houve tempo para fiscalizar o Governo anterior. Ah, mas daí você foi Líder, porque você quer esconder, porque você tem “rabo preso” - desculpem essa palavra. Não, digo: coloca aí no requerimento “gastos com ONG desde o começo do mundo ou desde o começo da Emancipação do Paraná ou desde que tem Governo. Concordei e até hoje parece que no Paraná é proibido falar em ONGs, Deputado Reni. É proibido! Aí um dia vim aqui despretensiosamente, porque curiosamente comecei a navegar, Deputado Jocelito, navegar na gestão pública, nos gastos públicos, e comecei achar alguma coisa muito estranha: saques de 100, 150 mil, 120 mil. Eu digo: espera aí, se traz o valor do saque, por que não colocar aqui, para falar mais facilmente, o íconezinho e dizer: “Olha, sacados 100 mil, foram gastos 85, foi devolvido aos cofres públicos 15.

Passa a usar o horário da Liderança do PSB

É tão fácil - Pastor Praczyk me socorra - trabalhar com programa Excell, é tão fácil colocar todas essas informações. Mas pasmem, Srs. Deputados, sabe quanto o Governo gastou este ano em cartão corporativo? E estamos cercado e eles estão fugindo, não prestam informação; gastou até o presente momento 18 milhões. E eu faço aqui, se a minha visão permitir, porque a impressão foi de números muito pequenos, vou fazer aqui um relato, Deputado Praczyk, aqui por exemplo é o seguinte, eu até não vou pegar do Governador porque senão vão achar: “É bronca pessoal, esse Rossoni só fica brigando com o Governador”. O meu esporte preferido é fiscalizar o Governador, isso é verdade, mas veja aqui, olha aqui o fugitivo da Casa, meus olhos caíram em cima do fugitivo, Secretaria da Comunicação. Aí no dia 1º, dia 3 foi sacado 50 mil e não diz para quê. Aí, no dia 4, foi sacado mais 5 mil. No dia 8 foi sacado mais 40 mil, tudo com o cartão; aí no dia 27, 4.200; no dia 3, 15, 40, 30, 20, 40, 2, 2, 6, 4, 7, 35. Sabe quanto gastaram só em cartão corporativo só na Secretaria da Comunicação? Duzentos e oitenta e sete mil!

Vamos para frente, aqui tem por setores, aí vamos pegar aqui Secretaria da Segurança, acho que a Secretaria

da Segurança justifica, porque há deslocamento de policiais na época de verão, temporada de verão e tal, 1 milhão e 400.

Olha, o que eu quero dizer com isso, depois para satisfazer a curiosidade dos Parlamentares da Oposição ou do Governo, olhem isso aqui e os senhores vão ficar estarecidos.

O Sr. Pastor Praczyk (PRB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Além de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, fazer lembrança de que hoje, nas principais emissoras de jornalismo do nosso estado, falam sobre uma situação de irregularidade no repasse de recursos detectado pelo Tribunal de Contas a uma instituição desse gênero, uma ONG, vindo ao encontro do seu pronunciamento inicial, da necessidade de investigar essa área.

Em segundo lugar, com relação a essa planilha, melhor seria que, ao imprimir-la, viesse discriminado mesmo, detalhadamente. Uma vez que se propõe transparência, então tem que ser transparência mesmo, não pode ser uma meia transparência ou uma quase transparência. Mas se porventura quisessem poupar papel na hora da impressão, esse ícone, é possível, isso qualquer usuário final, não precisa nem ser expert em informática, poderia ter anexado uma anotação e quando o ponteiro do mouse, ou o cursor do mouse ficasse sobre o link ou o ícone, se abrisse detalhadamente as especificações, já que, volto a repetir, a proposta deste site do Governo é transparência.

Então, quero parabenizá-lo mais uma vez e dizer que é possível, e se não foi feito ou houve negligência, ou foi intencional, ou realmente quem está elaborando essa página é muito ruim no que diz respeito ao profissionalismo de informática.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Praczyk, para que eu não faça minha conclusão precipitada, o que V. Exa. quis dizer é que quando alguém saca um valor, através do cartão corporativo, poderia ser colocado aqui, traduzido, em uma janelinha. Eles poderiam prestar contas desses recursos.

Vejam, isso é um luxo! Poderíamos prestar uma assessoria ao Governo e colocar essa janelinha, esse ícone, para que não tenha mais essa dúvida. Porque 18 milhões não sabemos como foram gastos.

Estou levantando a dúvida, porque está aqui a dúvida. É importante dizer que não há informações. Poderá amanhã o Líder do Governo trazer as informações. Não é possível que não se discrimine os gastos.

Chega aqui um determinado momento que o Executivo sacou R\$ 120 mil. De repente, existe a justificativa, mas aqui não tem.

Estamos aqui para fiscalizar, e a primeira informação que recebi não veio oficialmente. Essas informações estão aqui nesta Casa, no Tribunal de Contas, só não estão no site.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Primeiramente quero lhe cumprimentar pelo seu posicionamento de manhã na prestação de contas, bem como o seu pronunciamento na tarde de hoje. Mostra o papel que os Parlamentares desta Casa têm que cumprir.

Realmente, esse Governo tem que ouvir mais os Deputados, principalmente os Deputados que têm compromisso em transparência com este estado.

V. Exa. trouxe à tona uma questão que já está traduzida nos números. O Governo parece que não quer enxergar, está fazendo a política do avestruz. Não está observando que a arrecadação caiu no ano passado, caiu neste ano. E V. Exa., hoje pela manhã, disse que no Paraná está havendo um tormento de vários empresários que estão deixando o Paraná pela ineficiência e, muitas vezes, pela negligência de não socorrerem os empresários. E esta Casa tem esse papel.

Quero também cumprimentar os técnicos da Fazenda que abriram esse canal de negociação para que os Deputados pudessem levar suas sugestões.

V. Exa. quando foi levar as sugestões dos madeireiros, leve a sugestão dos importadores do Paraná, porque tem uma legislação em vigor desde janeiro, e a Secretaria da Fazenda sequer regulamentou e dezenas de importadores já foram para Santa Catarina desse período para cá.

Quando V. Exa. faz essas perguntas não é porque gosta desse ou daquele gestor do cartão corporativo, é porque é a sua função, a nossa função.

Parabéns, e me somo a V. Exa. no seu discurso.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vários Parlamentares são autores de vários requerimentos onde temos procurado essas informações.

Não há necessidade de nenhuma irritação. É necessário que amanhã o Líder do Governo venha a esta Casa e diga: “Deputado Rossoni, está implantado o programa Excell e tem todas as informações necessárias, tem o valor no que foi gasto.”

Esse 150 mil ele pega e presta conta. Se presta conta, coloque aqui. É tão fácil! A pessoa que fez esse programa e que alimenta esse programa não tem o desejo de colocar. Imaginem, essa pessoa deve estar nos porões e não tem poderes para esclarecer o povo do Paraná.

E nós Parlamentares não podemos engolir isso, sob pena de amanhã nos chamarem de incompetentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. usou o Pequeno Expediente, usou o Horário do PSDB e questiono se V. Exa. vai usar o Horário da Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de guardar esse Horário da Oposição de retaguarda, mas se V. Exa. permitir ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, é que já usamos 5, 10, ...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. está coberto de razão. O que eu estava querendo é guardar porque a minha expectativa é que, mediante tamanho absurdo, o Líder do Governo, e se eu tiver a compreensão do Deputado Rangel e do Deputado Traiano, acho que o Líder do Governo virá com as explicações e, de repente, nós poderemos fazer uso do Horário da Liderança da Oposição para contrapor, para debater este assunto. Se o Rangel e o Traiano concordarem, aguardamos o posicionamento do Líder do Governo, porque nós não estamos fazendo prejulgamento. Agora, que o absurdo está em nossas mãos está.

Obrigado!

Horário das Lideranças

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PTB. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Acompanhava atentamente o pronunciamento do eminente Deputado Valdir Rossoni falando sobre gastos, sobre números e sobre fiscalização.

Hoje pela manhã aconteceu neste Plenário a prestação de contas do Governo e, atentamente, me chamava a atenção, aqui, na questão envolvendo o BANESTADO. Sinceramente, hoje até perguntei ao Diretor Dr. Bueno sobre a questão dessas dívidas que o Paraná paga, todo mês, e que chega a 55 milhões por mês, mais a correção. Cinquenta e cinco milhões, todo mês, mais os juros, são retirados da conta do estado do Paraná. Conta que poderia ser investida em educação, em saúde, em social.

Fiquei preocupado quando o Governo apresentou essa transparência de número 8, onde diz que, em 1998 e 1999, quando o Paraná fez a compra daqueles títulos, teve que pegar 5 bilhões e que, até agosto de 2007, já pagou 5 bilhões e 800 também e que, mesmo tendo feito o pagamento dos 5 bilhões e 800 e ter pego os 5 bilhões e 600, o Governo deve, ainda, com a multa, 8 bilhões e meio aproximadamente e, se sair fora a multa, vai estar devendo 7 bilhões e 700 milhões.

É muito dinheiro. É muito dinheiro que o Paraná perde todo mês, devido a algo de errado que foi feito e que machuca, nos machuca, quando faltam recursos. Quando você vê que poderia estar nos bairros, nas cidades, na saúde, sai 55 milhões por mês. Dinheiro que foi gasto para sanear as contas do BANESTADO.

Fico a me perguntar o que se está fazendo para punir os maus administradores, Dr. Batista, que comete-

ram esse crime com o estado do Paraná e com as famílias? Deputados Dobrandino, Cheida, Belinati e outros companheiros que estiveram à frente das prefeituras, quando um Prefeito comete um pequeno erro, na falta de uma nota de empenho, ou algo parecido, o Ministério Público chama de ação criminal. Mas, será que no Paraná não andou uma organização criminosa devidamente identificada e que ninguém tomou providência nenhuma? São 55 milhões, senhores, por mês. Todo mês sangram os cofres do estado em 55 milhões, na prestação de contas que acompanhamos hoje. O Paraná paga o juro pela irresponsabilidade. Onde está a punição? Ninguém vai tomar providência nenhuma para um Governo que entregou o banco do estado? Que aceitou ou teve que aceitar títulos, que recebeu títulos, o dinheiro.

Hoje, de manhã, está na Sessão de hoje, que o Governo recebeu alguns títulos, daqueles podres, gastou e não pagou ainda o Governo Federal. Mas daí, Deputado Edson, não dá nada? Isso sim é um rombo nos cofres do nosso estado. Isso aqui se não for roubo, é a maior incompetência que alguém poderia ter feito ao nosso estado. Sabem o que é, todo dia 30, pegar 55 milhões, mais os juros e tirar do caixa do estado? Não se vê nada. Vê-se meia dúzia de “gatopingado” preso. Os pequenos foram presos e foram soltos. Quem cuidou disso? Não deu nada. Está aí, todo mês sendo pago. Ninguém reclama.

As contas do Jaime Lerner foram aprovadas em 2002. O maior escândalo que esse Paraná poderia sofrer. As contas aprovadas, como disse aqui o Secretário Nestor Bueno, de forma ilegal, a Lei de Responsabilidade Fiscal não cumprida, um rombo nos cofres do Paraná. Hoje foi dia de prestação de contas. Vemos, Deputado Dobrandino, a dor que é todo mês faltar dinheiro.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado.

V. Exa. levanta aí os números que o Governo pagou e o que falta pagar são 13 bilhões. Foi um empréstimo para pagar o rombo que tinha antes. Foram 13 bilhões, sem contar que o estado ficou sem o banco. Todo o patrimônio do BANESTADO. Prédios enormes de valores, Paraná afora, só o Conglomerado BANESTADO quanto valia? O Governo além dos R\$ 13 bilhões, ainda ficou sem o banco. É claro que Santa Catarina pode estar melhor que o Paraná por causa desse aspecto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar esse registro hoje aqui, que fiquei apavorado quando vi a prestação de contas hoje do Governo. A prestação de contas diz que o Paraná continua sangrando! Mas, não vai dar nada para ninguém. Os grandões vão por aí fazendo a festa e o dinheiro foi para aonde? Não sei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PR/PRB/PV. Bloco PPS/PMN. Com a palavra Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Boa-tarde Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados.

Serei extremamente breve. Ocupo a tribuna apenas para fazer o registro e o convite aos órgãos de imprensa, porque na próxima semana, dia 23 de outubro vai acontecer a primeira Audiência Pública da história, com os meios de comunicação para promover debate sobre publicidade e propaganda dos órgãos públicos do estado do Paraná. No dia 23 aqui na Assembléia Legislativa, estaremos debatendo como o Governo deve aplicar, o que é um direito e um dever, as verbas de publicidade nos meios de comunicação.

Já que estou aqui na tribuna, vou aproveitar para falar a respeito do pronunciamento do Deputado Rossoni. Parabéns Deputado, pelo seu pronunciamento nesta tarde.

E, eu queria dizer a todos nesta tarde, se o Governo não fosse assim tão intransigente, porque com o Governo não tem conversa; não tem diálogo. Não existe prestação de contas, o que acho inacreditável.

Se tivéssemos as informações, Deputado Rossoni, se essas fossem corretas, a Oposição iria se render; aí viriam as informações, pegaríamos as informações: olha, está tudo certinho, o Governo é um bom Governo, está fazendo o seu papel. Isso se o Governo fosse transparente. Mas, como já falei aqui, está mais para transparentes do que transparentes. Dessa forma, como as informações não vêm e aquelas disponíveis na internet são estranhas e obscuras, como a perseguição com a Oposição e não só com a Oposição, Deputado Rossoni. Com todas aquelas pessoas que tentam fiscalizar, cobrar ações do Governo, recebem represálias. Como o Governo não mostra com transparência, não nos traz as informações, o nosso trabalho se torna muito mais difícil. Mas, por outro lado, muito mais importante quando cobramos, quando o senhor traz aqui na tribuna uma informação importante ou uma denúncia, temos que investigá-la e ir a fundo para trazer a informação correta.

E, precisamos da ajuda da imprensa, precisamos da ajuda de funcionários que muitas vezes nos trazem informações importantíssimas, mas principalmente precisamos do apoio de todos os Deputados, até mesmo dos Deputados do Governo, porque isso é papel, é prerrogativa do Parlamentar - fiscalizar. Acho tão importante esta palavra - fiscalização. Na minha opinião muitas vezes é muito importante, mais importante até mesmo do que fazer leis. Fiscalizar quando você vai a um hospital para ver se realmente está tudo funcionando de acordo, aquelas UTIs estão realmente funcionando ou quando você vai a um aeroporto, como fizemos a cerca de duas sema-

nas atrás em Maringá, para ver o que estava realmente ocorrendo, isto engrandece, isto é prerrogativa e isto me dá oportunidade de dizer que o nosso trabalho está sendo reconhecido.

Então, eu só queria fazer um desabafo que é um desabafo curto, mas importante - respeitem a Oposição, respeitem a Democracia. Nós podemos ser dois, três, cinco, sete Deputados ou podemos ser até vinte Deputados, não importa, nós estamos exercendo o nosso papel e temos que ter opinião e personalidade aqui nesta Casa de Leis.

Era isto que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas, PP.

(Declinam)

PT . Com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje comemoramos o Dia do Professor. Eu, com muito orgulho, passei 17 anos em escola pública do estado do Paraná, me licenciando para assumir o cargo de Deputado Estadual e não terei nenhuma dificuldade de retornar à escola no momento que for mais ocupante de um cargo público.

E nós temos acompanhado nos últimos anos que o Brasil vem se estruturando para um desenvolvimento sustentável. Uma nação que daqui a alguns anos vai ser destaque no cenário internacional, aliás, já está se tornando uma nação destaque no cenário internacional pelo seu crescimento sustentável, pela estabilidade e pela liderança que o nosso Presidente tem no cenário internacional.

Mas o desenvolvimento de um país não faz só com infra-estrutura, uma economia sólida, inflação controlada, mas passa, principalmente, pela escola. Os países que se desenvolveram e que hoje ocupam o chamado Primeiro Mundo, investiram pesadamente na escola. E temos que ter pessoas preparadas, bem formadas para poder fazer frente a esta Brasil desenvolvido que está caminhando nessa direção, mas temos notado que as indústrias, o comércio, sente falta de pessoal qualificado. Os empresários aqui, os Deputados empresários sabem bem do que eu estou falando, a dificuldade de encontrar profissionais qualificados para ocupar uma função importante numa empresa. E não apenas uma formação técnica, mas uma formação humana. E nós, durante muitos anos neste Brasil, vivemos um apagão na educação, assim como outros apagões, na luz, na segurança, na infra-estrutura, na saúde que teve entre os anos de 1994 a 2002 uma defasagem de 110% nos procedimentos hospitalares, e que agora o Presidente Lula fez um reajuste em média de 30% nos procedimentos.

Então, a preocupação com a educação não deve ser apenas do Governo, mas dos diversos setores da socie-

dade, e o Governo Federal tem feito a sua parte, tem criado novas universidades, ampliado inúmeras universidades por este Brasil, criado escolas técnicas, a previsão é de 50 escolas técnicas até o final de 2010. O Paraná foi contemplado com 6 escolas técnicas, algumas já estão em fase de construção, e temos que ter um olhar mais dedicado para essa instituição chamada escola, e não existe, é claro, escola sem a figura do professor, mas tem que ser um professor bem formado, valorizado, com boas condições de trabalho.

Temos que reconhecer que o Paraná também tem avançado nesse sentido, com valorização do magistério, recentemente aprovamos nesta Casa recomposição das perdas salariais de 17,04% para o magistério paranaense que, ao longo de muitos anos, teve perdas constantes porque não tivemos sequer a reposição da inflação. Pelo menos neste Governo o magistério está tendo a reposição da inflação do período e temos aí uma lei aprovada que vai garantir, não ao magistério, mas ao funcionário público de maneira geral, a recomposição das perdas no mês de maio de cada ano. E o professor tem que ter tranquilidade financeira, porque ele não pode, como eu acompanhei, durante o meu tempo de escola como professor e como Diretor, professores que vinham fazer bico na escola, ou professores que iam fazer bico fora da escola para complementar o seu salário.

Temos que ter também na escola promoções, prêmios para estimular o professor a progredir, a estudar mais. Nós já temos, aqui no Paraná, um pouco nesse sentido, mas temos que ampliar muito mais, o professor ainda anda muito desmotivado e um professor desmotivado não vai render o necessário para ter um bom desempenho e passar aos alunos aquilo que eles vão buscar na escola.

Acredito que falta também ouvir mais os professores. Recentemente a Câmara Municipal de Curitiba promoveu um encontro sobre a saúde do professor e nós analisamos muitos problemas de saúde que o professor enfrenta, problemas de stress, de violência. A doença funcional que tem que ser reconhecida, nós temos aí centenas, milhares de professores afastados de seu trabalho com problemas de saúde, não é só saúde física, mas principalmente saúde psicológica, mental, porque hoje para o professor não é só chegar numa sala de aula com uma turma de 30, 40 alunos, com uma aula bem preparada e dar a sua aula. O professor tem sido pai, mãe, médico, policial, porque ele tem encontrado alunos oriundos das mais diversas situações sociais: famílias desestruturadas, pais que não incentivam os filhos a estudar, que colocam o filho na escola como se a escola fosse um depósito de criança. Então são muitos os desafios que os professores enfrentam!

Também a escola passou por algumas dificuldades, durante alguns Governos houveram experiências pedagógicas, uma hora era humanista, outra hora tecnicista, uma hora era o professor que ensinava, outra hora tinha que aprender com o aluno. Então, essas aventuras dificultaram muito a continuidade de um respeito à escola pública. Os professores, a cada mudança de Governo,

tenham que estar se adaptando a novas tecnologias, a novas invenções dos tecnólogos que ocuparam as pastas da educação.

Temos que ter uma política educacional mais responsável e que veja no professor um grande parceiro, um parceiro prioritário para a educação! Esperamos que os Governos, de maneira geral, estadual, municipal e o Governo Federal que continue o seu trabalho de valorização da educação. E não só os Governos, mas a comunidade de maneira geral, a sociedade que veja a escola com mais carinho e o professor como um profissional do ensino com uma função social imprescindível para a formação do futuro deste nosso Brasil.

De maneira geral, parabéns a todos os professores que comemoram hoje o seu dia.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria da Deputada Cida Borghetti, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa para providências.**

Indicação nº 321/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de Colégio Estadual no Jardim Guaraituba, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 320/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública a construção de nova Delegacia de Polícia no município de Guaíra. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 008/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que dispõe sobre as garantias trabalhistas dos Agentes Comunitários de Saúde no estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 536/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Jacó Garcia Gimenes. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 579/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que fica instituído o dia 20 de novembro, como o Dia Estadual da Consciência Negra. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDD-MCA. Aprovado. (Publ. no DA nº 091/07, de 13/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 025/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem de materiais utilizados na Assembléia Legislativa do Paraná e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 100/07, de 28/08/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ou efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, de imóvel que especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Vamos apreciar a Emenda da CCJ. **Aprovada.**
Em Discussão o Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a padronização de documentos públicos do estado do Paraná em formato ODF. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CF.**

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 203/07

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e

empresas sob o controle estatal adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos.

Art. 2º Entende-se por formatos abertos de arquivos aqueles que:

I - possibilitam a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas;

II - permitem publicação sem quaisquer restrições ou pagamentos de royalties;

III - podem ser implementados plena e independentemente por múltiplos fornecedores de programas de computador, em múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia.

Art. 3º Os entes mencionados no artigo 1º deverão estar aptos ao recebimento, publicação, visualização e preservação de documentos digitais em formato aberto de acordo com a norma ISO/IEC 26.300 (Open Document Format - ODF).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Rosane Ferreira, Elio Rusch, Edson Strapasson, Professor Luizão e Luiz Nishimori.

O projeto será encaminhado à CCJ para apreciação da emenda.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que inclui na malha rodoviária estadual trecho de estrada municipal ligando Renascença a Bom Sucesso do Sul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/07, de autoria do Deputado Nestor Batista, que cria o Programa Estadual de Acompanhamento Médico da Criança de 0 a 2 anos no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2007. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que propõe que em virtude da junção das Escolas Estaduais Barão do Rio Branco e Padre Anchieta no município de Inajá, o novo estabelecimento de ensino fica denominado de Colégio Estadual Barão do Rio Branco. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 084/07, de 17/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 526/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Nereu Moura objetiva dar nome às Escolas Estaduais Barão do Rio Branco e Padre Anchieta no município de Inajá. O nome proposto é Colégio Estadual Barão do Rio Branco. Baixado em diligência à Secretaria da Administração e da Previdência Coordenadoria do Patrimônio do Estado, em resposta ao Ofício nº 107/07 de 10 de agosto de 2007 aquela Secretaria informa que, *literis*: Não existe, de parte desta CPE, qualquer obstáculo à proposição. Recomendamos, contudo, que tão logo se edite a decorrente lei, seja dada ciência à Secretaria de Estado da Educação, em função das adequações, por exemplo, dos históricos escolares dos alunos.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, segundo dicção do artigo 65 da Constituição Estadual. *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador, Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Não se tratando de matéria privativa do Poder Executivo a competência legislativa pode ser da Assembléia Legislativa segundo se deflui do próprio texto de lei citada, sendo de iniciativa válida.

Tendo em conta o que dispõe o artigo 238 da mesma constituição e o 1º da Lei nº 8761/88 *que vedam as alterações de nomes dos prédios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei*, subsume-se que o presente projeto não colide com nenhum dispositivo dessas leis posto que o seu objeto pretende tão somente remanejar o nome de uma das escolas em face da sua junção com outra, processo este de simplificação e regulamentação de identidade, não colidindo com os dispositivos de lei citados, contando com a aquiescência da Secretaria consultada.

Conclusão

Assim concluímos que o presente projeto de lei é constitucional e legal encontrando-se em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre técnica legislativa.

Diante disso, somos de parecer pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 526/07

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nereu Moura, propõe que em virtude da junção das Escolas Estaduais Barão do Rio Branco e Padre Anchieta no município de Inajá, o novo estabelecimento de ensino fica denominado de Colégio Estadual Barão do Rio Branco.

Fundamentação

Esta Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, cabe examinar a matéria, sob a ótica do mérito educacional e cultural, nos termos do artigo 33, parágrafo 8º do Regimento Interno deste Poder.

A Comissão de Constituição e Justiça solicitou informações à Coordenadoria de Patrimônio do Estado - Secretaria de Estado da Administração e Previdência, a qual não manifestou qualquer objeção em relação a denominação do colégio, conforme parecer anexo.

Conclusão

Pelo exposto, apresentamos parecer favorável, pois o objetivo do presente projeto é remanejar o nome de uma das escolas em face da sua junção.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3024, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3027, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3028 e 3029, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3030 e 3032, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3033, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3034, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3036, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3035, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3036 a 3038, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Duílio Genari, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Elio Rusch, membros da Bancada da Oposição, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço para V. Exa., se possível, ler o requerimento para que o Plenário tenha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito a Sra. 1ª Secretária que proceda à leitura do requerimento de pedido de informações da Sra. Maria Marta.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)
(Procede à leitura do requerimento)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Solicito aos Deputados Governistas que votem contrários a esse requerimento, visto que isso aqui consta no site de gestão do dinheiro público junto ao Governo do Estado. Isso nós temos consultado diariamente que todos os gastos estão especificados item a item. Por isso, não vejo razão para que venha a ser aprovado esse requerimento e, muito menos, que temos um Governo transparente.

O SR. VALDIR ROSSONI ((PSDB) (Para Encaminhar)

Gostaria de pedir atenção dos Srs. Parlamentares de que esse requerimento que estamos votando foi objeto do meu pronunciamento. Gostaria de pedir ao Deputado Cleiton que me permitisse discordar de V. Exa., quando disse que essas informações estão no site. Permita-me, não sei, o Rangel está com o seu notebook, mas poderíamos fazer o teste agora, acessar a gestão pública e V. Exa. vai verificar que aquilo que eu falei é que existe, sim, o saque, são R\$ 18 milhões de uso do cartão corporativo, claro que dividido por secretarias, diretorias.

O que é que estamos pedindo? Foi sacado R\$ 50 mil na Secretaria da Comunicação com o cartão. Foi lá no

caixa, sacou. o que é que eu quero saber, trocando em miúdos? Quero ver aquele velho livro caixa, que esteja discriminado no que foram gastos esses R\$ 50 mil. Não estou falando de R\$ 50 mil apenas, estou falando de R\$ 18 milhões, que é menos que R\$ 21 de 2006. Estou falando de R\$ 18 milhões de 2007, não tem as informações e encareço aos Parlamentares que são favoráveis à transparência que votem favoráveis a aprovação do requerimento.

Por essa razão que dei encaminhamento, até porque achei que o eminente Líder Deputado Cleiton iria pedir para discutir e ficaria para o dia de amanhã. Então, vamos votar agora um dos requerimentos.

Citei 3 exemplos, 3 saques do cartão corporativo. Só num setor. Governadoria: 120, 15, 120, 80. Total R\$ 335 mil. Sabem quando foi sacado isso? Dia 3 de janeiro: R\$ 335 mil num único dia.

O que eu quero - não estou dizendo que há malversação do dinheiro público - o que eu quero é detalhar esses R\$ 335 igualmente nos R\$ 18 milhões que fazem parte dos gastos do cartão que está exposto no site da gestão do dinheiro público.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Como já citamos aqui que o Governo não tem qualquer dúvida sobre a aplicação dos recursos e que como em 2006 as contas do Governo foram aprovadas pelo Tribunal de Contas, com todas as fiscalizações paralelas que existem nesses cartões corporativos, queremos fazer um acordo com o Deputado Rossoni, ao invés da votação do requerimento. Temos todo o interesse na transparência do Governo e o próprio Governador tem este interesse. Se trata de um requerimento muito importante. Também acho que todos devemos saber o que está acontecendo, minuciosamente, como você está determinado a demonstrar.

Entrego-lhe até quarta-feira o resultado de parte dessas informações e durante o período, até segunda-feira que vem, serão entregues totalmente as informações complementares. Ou solicito à Bancada do Governo que vote contrário a este requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, posso quebrar o Regimento Interno, sinceramente não entendi a proposta o Deputado Cleiton, porque temos 3 requerimentos que são o mesmo objeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro requerimento foi adiado na forma regimental, porque o Deputado Cleiton Kielse pediu para discutir. Este requerimento que está sendo votado, agora, é o requerimento de pedido de informações à Dra. Maria Marta. Requerimento este que o Deputado Kielse solicita um prazo para trazer as informações até quarta-feira ou até, mais tardar, segunda-feira que vem. Foi este o pedido feito. Estou intermediando o acordo.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, nosso Líder, o Deputado Romanelli, saiu ainda a pouco, teve uma emergência, recebeu as informações complementares, só que saiu com elas em mãos, não nos deixando estas informações. Por isso peço um acordo ao nosso gentleman da Oposição, para que até quarta-feira possa lhe entregar isto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Entendo V. Exa. V. Exa. me deu um encaminhamento anteriormente, assustador. V. Exa. disse que estava tudo no site. Quando V. Exa. fez esta afirmação, nós buscamos as informações. Não está no site. Se ficar claro.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Elas estão no site, mas não detalhadas como V. Exa. deseja.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sim, mas então V. Exa. talvez não tenha ouvido meu pronunciamento. Eu disse que tinha o valor sacado. O que não tinha era os detalhes. Sempre foi este o meu posicionamento. Não estou nem colocando em dúvida a idoneidade ou a seriedade, neste caso, mas que fica a dúvida, fica. Ora, Sr. Presidente, na verdade eu deveria não aceitar o acordo, mas como está no exercício esta jovem Liderança do Governo, vamos aceitar o acordo, porque acordo, ultimamente, aqui, não tem validade. Por que não tem validade?

Eu cito o exemplo das ONGs. Estou há 60 dias esperando uma informação e o Líder do Governo fez um pacto comigo. Como estamos com o Deputado Kielse, vamos dar um crédito ao novo Líder e de repente começamos uma caminhada de transparência.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Fica retirado este requerimento e consulto o Deputado Líder da Bancada da Oposição se o outro também. Todos eles? Todos os requerimentos passam a aguardar uma resposta da Liderança do Governo.

Retirados pelo autor.

Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Beti Pavin.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para informar às Sras. e Srs. Deputados que encaminhamos para os seus gabinetes o convite para os seus assessores participarem de um curso de capacitação e informação para o orçamento que iremos iniciar a discussão nos próximos dias.

Então, para os senhores verem com os seus assessores a participação, que é uma coisa rápida, mas acredito que importante principalmente para os novos Parlamentares, e será feito na próxima quarta-feira, dia 17, às 10h00, no plenarinho desta Casa. E dizer que estamos indicando

também amanhã o Deputado Nereu Moura para que ele possa ser o Relator do orçamento que está tramitando nesta Casa.

Muito obrigada!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 228, 376, 501, 503 e 542/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 485 e 515/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Audiência Pública

Secretaria de Estado da Fazenda

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e sete, no Plenário deste Poder Legislativo, foi realizada Audiência Pública de prestação de contas do 2º Quadrimestre de 2007, apresentado pela Coordenação da Administração Financeira do Estado, da Secretária de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/02 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. Nestor Bueno, Diretor da Secretaria de Estado da Fazenda que apresentou relatórios do quadrimestre. Após a explanação do Dr. Nestor Bueno, o Presidente Nelson Justus abriu a palavra para que os Srs. Deputados formulassem perguntas sobre o relatório apresentado. Após o questionamento dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Elton Welter, Jocelito Canto e Valdir Rossoni, encerrando os trabalhos, o Sr. Presidente agradeceu a presença das autoridades e dos Parlamentares que compareceram à Audiência Pública.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2028/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9685/07, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a EUNICE DIAS SWAROWISKI, portadora do RG nº 1.221.439 e CPF nº 863.512.309-34, viúva do ex-Deputado Estadual Alceu Antonio Swarowski, falecido no dia 06 de setembro de 2007, pensão mensal com o valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13426, de 07 setembro de 2002 e, nos termos do artigo 3º, do Decreto Legislativo 180, de 19 de maio de 1964.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2029/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8703/07, datado de 24 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MUNA BITTAR, matrícula nº 40010, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilógrafa, nível NTC-02, lotada na Coordenadoria de Expediente, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2030/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8704/07, datado de 24 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a URSULA FLORINDA KUSTER, matrícula nº 40159, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilógrafa, nível NTC-02, lotada na Coordenadoria de Expediente, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2031/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9084/07, datado de 03 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ANGELINA KIERDEL, matrícula nº 40920, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2032/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9085/07, datado de 03 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a LORENE MARIA RITTER, matrícula nº 40624, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2033/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9401/07, datado de 11 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SONIA MARY YOSHITANI, matrícula nº 40160, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, nível NTC-03, lotada no Setor de Patrimônio, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2034/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9459/07, datado de 13 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ARI DREHMER, matrícula nº 40945, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-01, lotado na Coordenadoria de Serviço Médico Odontológico da Casa, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2035/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9496/07, datado de 13 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ERONI APARECIDO CUSTÓDIO, matrícula nº 40920, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotado na Coordenadoria de Ata, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2036/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9514/07, datado de 14 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ROSEMARI DA CONCEIÇÃO TULIO, matrícula nº 40844, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, lotada na Diretoria Geral, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2038/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9638/07, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NIVALDO FOGANHOLI, matrícula nº 40797, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotado na Diretoria Financeira da Casa, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2039/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9746/07, datado de 19 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a GISELE CAMPOS KFOURI, matrícula nº 40742, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Médico, nível NUE-02, lotada no Serviço Médico da Casa, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2040/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9747/07, datado de 19 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a GRACIELI MEGER RONDEAU ARAUJO, matrícula nº 40717, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Médico, nível NUE-03, lotada no Serviço Médico da Casa, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2041/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9690/07, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a TEREZINHA LOPES, matrícula nº 40509, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-02, lotada no Serviço de Telefonia, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2042/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9712/07, datado de 19 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a STELA MARIS WINNIKES DA SILVA, matrícula nº 40881, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada na Diretoria Administrativa, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2043/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9016/07, datado de 30 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a JOSE NATALIO DE CASTRO E SILVA, matrícula nº 40067, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário, nível NBA-04, lotado na Diretoria de Assistência ao Plenário, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2044/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8883/07, datado de 28 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SANDRA MARIA BOBKO, matrícula nº 40334, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2045/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9670/07, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NILZA SANTOS AZEVEDO, matrícula nº 40783, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada na Diretoria de Serviços Especiais, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2046/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9122/07, datado de 03 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO, matrícula nº 40178, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada no Gabinete da Procuradoria Geral, licença de trinta (30) dias, por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do inciso V, do artigo 208, da Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2047/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9534/07, datado de 17 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a IRENE ALVES DE LIMA, matrícula nº 40750, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Recepcionista, nível NBB-03, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, abono de permanência nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

